

ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS

AS REPRESENTAÇÕES DA CAPITAL CUIABÁ E SUA GENTE NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

*loiva Canova*¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo problematizar as representações construídas sobre a capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, e quanto aos indivíduos considerados, de certa forma, incômodos à sociedade. A escolha do tema é resultado de pesquisa realizada em jornais lidos pela sociedade cuiabana no período e em documentos oficiais produzidos pelas instâncias do poder público, entre os mais relevantes, os Relatórios de Presidentes de Estado. Foram analisadas algumas representações e práticas concernentes a esses indivíduos e o discurso a respeito da necessidade de um espaço que se pretendia ordenado, higienizado e moderno. O espaço urbano precisava ser modernizado e, sobretudo, deveria atender aos apelos dos discursos da eugenia.

Palavras-chave: Cuiabá. Representações. Indivíduos.

ABSTRACT: This article aims to discuss the representations constructed on the capital of Mato Grosso, Cuiabá, and the individuals considered somewhat troublesome to society. The theme is the result of research carried out in newspapers read by the society in Cuiabá in the period and in official documents produced by the organs of the government, among the most relevant, the President of State reports. We analyzed some representations and practices concerning these individuals and a discussing about the need of a space that was tidy, sanitized and modern. The urban space needed to be modernized and, besides, it should attend the calls of the discourses eugenics.

Keywords: Cuiabá. Representations. Individuals.

¹ Doutora em História, professora do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

A PROBLEMÁTICA E OS OBJETIVOS

Este artigo tem como objetivo contribuir para a compreensão do modo como as informações a respeito dos pobres, dos marginais e da cidade de Cuiabá foram escritas nos jornais que circulavam na capital do Estado de Mato Grosso na época da Primeira República.

A escolha do tema é resultado de pesquisa realizada em jornais lidos pela sociedade cuiabana no período e em documentos oficiais produzidos pelas instâncias do poder público, entre os mais relevantes, os Relatórios de Presidentes de Estado. Com o intuito de problematizar as representações produzidas sobre a capital e sobre indivíduos considerados de algum modo incômodos à sociedade, foi privilegiada a leitura de jornais e demais documentos. As fontes citadas estão sob a guarda de dois principais arquivos: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR/UFMT e Arquivo Público de Mato Grosso - APMT).

As leituras de algumas matérias mostram que pobres, loucos, prostitutas, mendigos, alcoólatras e órfãos são representados como um problema a mais, entre outros relativos à ordenação do espaço urbano. Nas apreciações dos redatores, os pobres, de maneira geral, emergem como personagens perniciosos aos olhos da elite e aos princípios de um espaço que, por parte significativa de seus moradores, se pretendia civilizado. Essa constatação foi motivo de interesse para entender como a sociedade cuiabana lidou com pessoas consideradas inoportunas à ordem nos primeiros anos da República.

A questão do espaço urbano, em que se fundamentam as representações dos citados indivíduos como problemáticas sociais, também é assunto do texto. A partir dessa proposta, reflete-se sobre algumas representações e práticas concernentes a esses indivíduos e o discurso da necessidade de um espaço que se pretendia ordenado, higienizado e moderno.

Por meio da leitura dos jornais é possível problematizar a visão, os discursos, conceitos, estereótipos e preconceitos constituídos pela elite, pelo poder e pela sociedade acerca dos pobres. Por meio dessa documentação foi possível recuperar as representações dos múltiplos sujeitos que se ocuparam na organização da disciplina urbana sob o amparo teórico da eugenia que, segundo Jurandir Freire Costa, foi:

[...] o artefato conceitual que permitiu aos psiquiatras dilatar as fronteiras da Psiquiatria e abranger, desta maneira, o terreno social. A nova noção justificou psiquiatricamente a expressão dos anseios culturais dos psiquiatras que, sem ela, teriam que tomar os

caminhos políticos e ideológicos adequados à sua manifestação. (COSTA, 1980, p. 29).

Conforme menciona Costa (1980, 13-19), é “o preconceito racial um elemento constitutivo da classe burguesa” sob o qual a elite política, a sociedade e os intelectuais procuravam explicar por meio da eugenia as psicopatologias do crime e os comportamentos considerados imorais. Os usuários de bebidas alcoólicas foram também inseridos no grupo dos que sofriam ataques do discurso eugênico. Esse período é marcado pelo mito do saber científico. “A este saber é pedido, entre outras coisas, que ele estruture os valores que coordenam e harmonizam a hierarquia social. Coube à medicina – como parte deste saber – a tarefa de definir o que é ‘bom’ ou ‘mau’ para os indivíduos”.

O referencial metodológico utilizado na discussão do objeto de estudo em questão baseia-se na obra de Roger Chartier, que permite contextualizar a realidade social do período republicano, construída e pensada pelos sujeitos disciplinares. Pela leitura da obra é possível entender como tal realidade foi arquitetada por um grupo social capaz de tornar os próprios discursos práticas sociais, bem como possibilitar a transformação destas (CHARTIER, 1990).

É a partir da reflexão de Chartier que são discutidas as representações feitas pelo mundo social cuiabano a respeito dos pobres e, ainda, quanto ao espaço urbano. Explicita-se quais preocupações e interesses estavam em jogo nas falas que afirmavam a necessidade de cuidar da pobreza, vinculando-as às discussões dos assuntos relacionados à modernidade e à civilização.

Para o historiador Francisco José Calazans Falcon, a representação, como “um conceito-chave do discurso histórico” indica uma característica dele – sua dimensão ou função cognitiva – constituindo, assim, um conceito teórico-metodológico, isto é, epistemológico. O autor, ao descrever as relações entre história e representação, indica que:

[...] representar pressupõe uma atividade ou “faculdade” da consciência cognitiva em relação ao mundo exterior: [...] Representar [...] remete a uma atividade do sujeito do conhecimento e a sua capacidade de conhecer, isto é, de apreender um real verdadeiro para além das aparências de um real produzido pelo senso comum. [...] A representação é um conceito-chave da teoria do símbolo, uma vez que o objeto ausente é re-apresentado à consciência por intermédio de uma “imagem” ou símbolo, isto é, algo pertencente à categoria do signo. (FALCON, 2000, p. 46).

A CAPITAL CUIABÁ E O ESTADO DE MATO GROSSO NOS ANOS INICIAIS DA REPÚBLICA

Conforme relata Lylia da Silva Guedes Galetti (2000), é na República que se dão as reais transformações na procura da construção da identidade nacional. Os sertões, considerados lugares bárbaros, em nada se assemelhavam aos tidos como civilizados. Para conferir os efeitos da civilização era preciso relativizar, entre os Estados da federação, as diferenças geográficas, culturais, econômicas e sociais. Construir uma nação significava, em certo sentido, ser capaz de amenizar a dicotomia entre litoral civilizado e interior bárbaro. As representações deveriam necessariamente harmonizar-se com o *ideário progressista*, profundamente associado à República.

Era papel da República construir um novo tempo, “acabando com o atraso colonial, com o modelo político, construído durante o Império”. É a partir dessa mudança de perspectiva para o novo modelo de nação, articulado com a ideia de civilização, que foram estabelecidas certas representações sobre Mato Grosso. A capital de Mato Grosso, “distante e desconhecida”, não tinha meios de comunicação eficazes com o litoral, nem mesmo com os Estados mais próximos, implicando a região ser “identificada pela negatividade” (GALETTI, 2000, p. 55-64).

Ao representar a ambivalência sertão/litoral e sertão/civilizado, esses ideais serviram para aprofundar as desigualdades no período republicano, as quais permaneceram quase que inalteradas em Mato Grosso. De modo que o Estado não perdia o estigma de bárbaro, distante e atrasado.

Os discursos apresentados pelos diferentes grupos sociais mostram interesse em modificar o panorama do atraso e da barbárie. O considerado atraso colonial era discutido pelos intelectuais pessimistas, que enfatizavam o estigma de “bárbaros” que tinham os habitantes de Mato Grosso, bem como alertando para a necessidade de primar por novos comportamentos sociais e morais e valorizando atitudes condizentes com a ética cristã e burguesa.

Por ser uma região distante, Mato Grosso enfrentava enormes dificuldades de comunicação com os centros mais desenvolvidos do país, o estado “era identificado por representações negativas”. Além do problema da distância do centro-sul, houve disputas políticas, assassinatos e vários conflitos armados, lamentáveis acontecimentos que contribuíram para que fosse formado um conceito de “região ocupada por gente incivilizada, lugar povoado por índios e bugres”, lugar de gen-

te portadora de qualidades raciais indesejáveis. “Em contrapartida, era também o espaço da abundância. Terra de muitas riquezas, com uma geografia favorável ao transporte da produção, permitia o progresso e a civilização ao futuro de Mato Grosso”. (GALETTI, 2000, p. 48-49).

Conforme a historiadora Lúcia Helena Gaeta Aleixo menciona em sua tese, naquele período a produção econômica do Estado resumia-se a atividades primárias, voltadas

basicamente para as atividades agrícolas, pastoris e extrativas, a construção do mercado de trabalho se concentrou, notadamente, na zona rural. Extensas áreas, cuja densidade demográfica até a década de 1950 situava-se em torno de 0,42 habitantes por quilômetros quadrados, não permitiram a expropriação total de sua população. (ALEIXO, 1995, p 212).

Em muitas fontes, as riquezas naturais do Estado de Mato Grosso são relatadas pela diversidade e exuberância. É igualmente o que informa o Relatório de Presidente de Província:

A feracidade de suas terras apropriadas à industria agrícola e pastoril, a riqueza de sua flora, onde sobressaem os preciosos productos extractivos mais procurados, taes como a gomma elástica, a baunilha mexicana, a ipecacuanha, a quina e outros, que são adquiridos nas praças do velho continente por preços avultados; tendo isso aí está a desafiar a nossa iniciativa para o progressivo dessas industrias. (APMT, 1899, p. 17).

Nas três primeiras décadas do século XX, a cidade de Cuiabá ainda apresentava características de uma cidade colonial. Como percebeu um escritor da época, José de Mesquita, “A Cuiabá de cem annos atraz era – revelem-me tão dura verdade – quasi a Cuiabá de hoje”. Não havia, segundo Mesquita, no cadastro municipal ruas que não fizessem parte do conjunto de ruas conhecidas durante o século XIX. Não havia bairros novos, “a disposição urbana se conservou invariavelmente a mesma” (MESQUITA, 1978, p. 107).

Nas ruas eram vendidos os produtos da terra, entre os quais peixes, rapadura, milho e cigarros. A classe dominante era composta por profissionais liberais, proprietários de terras e militares. Nas grandes propriedades produzia-se gado, cana-de-açúcar, rapadura e aguardente. Os pequenos sitiantes, em sua maioria localizados próximos à cidade, forneciam gêneros de abastecimento para o mercado consumidor de Cuiabá. Os alimentos mais comuns eram a mandioca, a banana e a cana-de-açúcar.

Em torno da Freguesia da Sé localizavam-se a casa da Câmara, o largo do Palácio, a residência dos presidentes de Província e a sede do governo Provincial. Próximos à Matriz estavam situados os prédios da Tesouraria, do Correio e do comando das Armas. Ainda, fazendo parte da cidade, havia os arredores da Mandioca, do Baú, o Lavapés e o Mundéu, sendo que mais distantes estavam o Barbado, o Coxipó e o São Gonçalo.

O largo da Presidência, a Delegacia e a Fazenda Pública continuavam localizados no coração da cidade. As ruas ainda eram aquelas do período colonial. A Rua de Cima, “a melhor artéria urbana”, as ruas de Baixo e as do Meio compunham o principal conjunto da espacialização viária da cidade. No Largo da Matriz viam-se o Quartel Militar e o Cárcere Público. Havia, ainda, o Beco do Candieiro, a Rua Formosa, a Rua da Matriz, a Rua Bela, a Rua do Porto, da Prainha, o hospital da Santa Casa de Misericórdia, o bairro Mundéu, a Rua do Campo, a Rua da Fé, a da Boa Morte, a Ladeira da Misericórdia, os bairros Baú e Bom Despacho.

A rua que maior número de casas continha era a do Meio, de 92 edificações, depois a de Baixo, com 63, a do Campo, com 54, a da Esperança com 49, a da Matriz, com 43 e a Formosa, com 39. Ruas pobres de casas eram a de Cima, com 37, a Bela, que não passava de 28 e a da Fé, não excedente de 24. (MESQUITA, 1978, p. 108).

Contudo, apesar das distâncias dos centros mais desenvolvidos e das dificuldades de acesso à comunicação, Cuiabá não estava isolada dos ideais de civilização, tão diligentemente propagadas pela elite intelectual. Assuntos discutidos no conhecido “mundo civilizado” eram analisados por Olegário de Barros, por exemplo, ao fazer uma análise sobre a poesia de José Barnabé de Mesquita relacionando o conteúdo poético à teoria dos sonhos defendida pelo psicanalista Freud e discutindo questões do inconsciente e da inconsciência.

[...] que a psicanálise de debate na indisfarçável aridez científica. Armada, engenhosamente, por um genio, profundo investigador das nevroses que sacodem o espírito humano, as suas raízes descem através de todas as camadas até o lódo dos instintos, mergulhando-se no pansensualismo-concepção singular que reduz as mais nobres ambições do homem aos impulsos grosseiros do inconsciente. (MESQUITA, 1932, p. 44).

Essa obra é, além do mais, uma produção regional que trata de estudos, análises ou simples menções das teorias ou assuntos e temáticas afins com o conteúdo da psicanálise. Assuntos, temáticas e discussões de autores locais que, em seu universo intelectual, apresentavam apropriações das teorias que vinham sendo discutidas na Europa.

Após algumas informações das imagens produzidas sobre a região e sobre as atividades econômicas do Estado, é preciso compreender que mudanças históricas vindas com o término da Guerra entre Brasil e Paraguai, somadas aos ideais de progresso, projetadas das regiões do centro-sul, consideradas regiões mais ricas, animavam os homens da cidade de Cuiabá, cujos discursos mostravam pretensão de transformar o espaço urbano.

A leitura das fontes pesquisadas revela um frequente desejo de modernização e de ter instaladas medidas de controle social. Muitos sujeitos foram alvos mais aguerridos das ações e do gerenciamento do Estado. O discurso da civilização e do ordenamento social possibilitou ao Estado um projeto de segregação dos leprosos, dos infratores e a bem posterior exclusão dos loucos (SILVA, 1988; CANOVA, 2000; CANOVA, 2006; CANOVA, 2011).

É nesse contexto de uma pequena cidade pacata, com alguns símbolos do progresso, que a elite política e intelectual ocupa-se com a pobreza.

Segundo Laura Antunes Maciel, grupos da cidade de Cuiabá apresentavam, nas décadas iniciais do século XX, modelos e discursos que previam instituições que permitissem a implantação da disciplina urbana.

Nesse período, vários setores da elite cuiabana, como proprietários de terra, comerciantes, professores e responsáveis pelo aparelho policial, discutiram e propuseram, através de jornais, a criação de instituições de caráter diverso, como colônias correccionais, asilos, institutos agrícolas, escolas profissionais, etc., com o intuito de disciplinar os indivíduos refratários ao trabalho. (MACIEL, 1992, p. 33).

Foram representações que fizeram parte do imaginário das lideranças políticas do Estado – e que puderam ser observadas em denúncias feitas a respeito dos problemas relativos à organização do espaço urbano, como a falta de iluminação pública, abastecimento de água, sistemas de esgoto e hospitais. Nessas declarações, o espaço é percebido como desordenado e são idealizadas mudanças significativas para o seu ordenamento, vigilância e inspeção.

Algumas medidas preventivas direcionadas ao espaço urbano e relativas às ações de agentes municipais põem em dúvida algumas práticas, com discursos pouco dignos de uma sociedade civilizada:

Começou a matança dos cães. S.Exa., a municipalidade, quer executar, à risca, os seus deveres. A gente toda, que tem o destino de habitar esta cidade accidentada, regala-se em sentir esse decidido desejo em que se anda a inspirar, depois de muito tempo esquecido, S.Exa., a municipalidade. Faz bem. O peor é não fazer. No Rio, não precisa tanto, em Corumbá mesmo, ha uma carrocinha que passeia pela rua recolhendo os caes vadios. Desde que não pagou o imposto de matricula, que não tem ao pescoço a licença legal, vai o canino preso por um laço até à carrocinha e dahi ao deposito municipal onde permanece por 3 dias, à espera que o seu dono pague a multa respectiva, e, não aparecendo, este é sacrificado para dar graxa às fabricas de sabão. É isso que fazem. Aqui o negocio è bem mais differente. Por esta [...], as bolas venenosas fazem uma verdadeira faxina nos cães que perambulam e agridem livremente nas ruas. Logo após a ingestão da substancia venenosa, o canino infeliz representa um papel bisarro, e à criançada desocupada das ruas dando salto cabriolando, até esbugalhar os olhos e *c'est fini*. [...]. Multiplicam-se as carcassas apodrecendo ao sól, embalsamando o ar ambiente com o cheiro caracteristico das materias putrefactas. A moscaria pestilencial faz nuvem e acompanha impertinentemente o desgraçado burguez ou funcionario publico que não quer perder o ponto da repartição e não pode desviar do caminho. (APMT, 1917a, p. 1).

Entende-se que a representação, nesse caso, está associada à percepção. Uma não existe sem a outra. Assim, a percepção é um processo seletivo de apreensão, a qual está intrinsecamente ligada à vivência de cada sujeito, de modo que a percepção abarca determinada cena e exterioriza o que foi apreendido como resultado de um processo de saber histórico-cultural. A percepção é entendida como a interposição de uma camada de julgamento ou interpretação entre o que é visto e a consciência de quem observa. As percepções são carregadas de intenções, mesmo que não “percebidas” por aquele que observa. No simples fato de olhar existe uma carga de interpretação, visto que o olhar é sempre o resultado de uma elaboração cognitiva, fruto de um reconhecimento das coisas representadas.

É sob esse aspecto que devem ser lidas as matérias publicadas nos jornais, nos quais há informações que divulgam o desagravo de

ações adotadas pelos agentes municipais que incomodam os relatores e demonstram uma realidade apreendida, que se distancia dos atributos da modernidade. Ou, por vezes, há que supor que grupos políticos são atacados por outros, vinculando as disputas às fontes de produção e circulação de informações àquela época, quando os jornais desempenhavam esse importante veículo de crítica e divulgação de interesses. Em outra matéria, de diferente jornal, a polêmica sobre a forma de dizimar os cães da cidade continua:

Muitas pessoas têm vindo à nossa redacção nos pedir reclamemos perante o operoso sr. tenente coronel Intendente do município contra o perverso modo, adoptado pela municipalidade, de exterminar os cães encontrados nas ruas. O meio empregado pelos fiscaes para mata-los é a estrychinina, que em pequena dose collocam n'um pedaço de carne verde, e jogam para o lado desses infelizes, que innocentemente, agradecendo talvez tão espontanea gentileza dos mata-cachorros, devoram o bocado bem feito. E, envenenados, os pobres animaes, esses fidelissimos amigos do homem, sentindo as torturas ardentes do veneno abrazador, tendo em fogo as entranhas, uns, sob estertores e convulsões da morte, expiram nas ruas, sob os olhos injectados de seus irresponsaveis algozes, e outros, ao presentir que a vida foge, e dores, nunca d'antes sentidas, os cruciam, correm desesperadamente até as casas em que moram seus donos, sob cujos olhos se passa o sinistro espectáculo de uma vida que foge. E' tão barbaro e iniquo semelhante processo, que não ha capital nem cidade civilisada que o adopte, e o povo desta terra, educado como o é, não póde permitir que semelhantes scenas de perversidade se desenrolem aos olhos do publico e, principalmente, das creanças, cujos corações infantis se corrompem assistindo a factos impregnados de tanta deshumanidade. [...]. Está, aos olhos e sentimentos de todos os civilisados, condemnado este máo costume de propinar venenos aos pobres animaes, pelo que, confiados nos bons sentimentos do sr. Intendente Municipal, em nome das pessoas que nos têm trazido reclamações a respeito, pedimos a s. s. que adopte e ponha em pratica medidas mais humanas, bem da civilisação e dos proprios interesses da Municipalidade. (APMT, 1915a, p. 1).

Essa evidência da falta de civilidade dos agentes municipais é um dos problemas denunciados nos jornais pelos redatores, num esforço de argumentar a hostilidade de certas ações públicas que constituem

a construção do conjunto de representações negativas sobre o imaginário da cidade e dos habitantes da capital.

Com recorrência, os discursos produzidos sobre a população e sobre a cidade são deveras contraditórios; ora transitam entre a narrativa que reafirma os problemas da falta de modernidade, ora enaltecem os atributos da sociedade cuiabana. Sobretudo, o olhar do redator sobre os moradores da cidade, e especificamente sobre os problemas que dela narra, apresenta níveis de percepções que mostram as dimensões de um cotidiano muito além do idealizado:

Ninguém póde negar que Cuyabá, nestes ultimos annos, tem feito um progresso bastante sensivel, quer moral, quer materialmente. Muitas de nossas ruas e praças têm sido melhoradas; em pontos varios da cidade erguem-se novos edificios, alguns de elegante architectura moderna; abrem-se casas de commercio dos mais variados generos, demonstrando tudo que seguimos para uma nova éra de prosperidades. E apesar dessa febre incipiente de acompanharmos o progresso das demais cidades brasileiras, o nosso povo é sempre o mesmo povo calmo, bom, amigo da paz, da ordem, do respeito. Mesmo nas camadas inferiores da sociedade, onde as condições [sic] mesologicas tanto influenciam no caracter, encontram-se, geralmente, homens de costumes comedidos, almas nobres e dedicadas. É muito raro registrar-se um crime de sensação e, mais raro ainda, um roubo. Isso, numa cidade de mais de dezesseis mil habitantes, é bem difficil de encontrar-se, noutra parte. E' um facto que diz bem alto dos nossos bons costumes. Mas... (Eis o *mas* impertinente). (APMT, 1915a, p. 1, grifo nosso).

Um olhar mais atento às citações permite entender a avaliação do redator e como suas representações contribuíram para a formação do imaginário da cidade e das pessoas. Imagens semelhantes a essas ganharam circularidade e continuam dando forte sustentação às práticas, conceitos e pré-conceitos em relação à região e ao Estado de Mato Grosso.

Temos quasi repugnancia de cumprir as posturas municipaes. Quem ler o edital que váe publicado na secção competente deste jornal, verá a razão da nossa affirmativa. O carregador atravanca os passeios com a mercadoria que transporta; fatigado, por ali mesmo se deita ou dorme, pachorrentamente; à noite ha ruas onde se não pode passar: os passeios estão tomados de pessoas muito bem refesteladas nas suas cadeiras, obrigando os transeuntes a irem

pelo meio da rua; o tropeiro enche a rua, impedindo completamente o transito, com os seus animaes de carga; o cavalleiro só sabe amarrar a sua montaria à porta da casa onde desmonta ou à grade do jardim; os proprietarios de animaes de todas as especies, não acham melhor logar para crial-os do que as proprias ruas, e assim vemol-as invadidas por cavallos, burros, porcos, gallinhas, gatos, cachorros, o diabo, emfim; e para terminar, as paredes e muros das casas, estão cobertas de figuras obscenas, de palavras, de palavras torpes, de toda uma immundice. A que attribuir isso? O povo é bom e respeitador, mas é povo, e, porisso, naturalmente adverso a esses artigos a esses artigos das posturas municipaes. É preciso educal-o e esse respeito e para esse fim a Intendencia mantem um corpo de fiscaes. Cumpram'os srs. Fiscaes os seus deveres e teremos a satisfação de ver desapparecerem essas coisas que tanto depõem contra os nossos tóros de povo civilizado. Com isso teremos dois resultados: Cuyabá tomará o aspecto de uma cidade à altura da sua civilisação e as rendas da Intendencia serão augmentadas. (APMT, 1915a, p. 1).

As narrativas também contêm informações que caracterizam as ruas, as casas e pessoas desprovidas do grau de “civilização” similar, talvez, ao das outras sociedades.

As representações negativas do ambiente e das pessoas não aparecem apenas nos jornais, mas, sobretudo, nos relatos de viajantes. Conforme descreveu o viajante Ferdenand Nijs, o povo cuiabano pouco conhecia o luxo, tudo lhe parecia desprovido de requinte. O lugar não lembrava em nada os adornos da civilizada Europa:

[...] as casas, são separadas por quintais fechados com muros de taipas. Esses quintais se compõem de algumas árvores plantadas ao acaso. [...] as casas são construídas com cacos de tijolos e terra batida: um bom número delas é mal construída, mal cuidada, dando um aspecto de cidade em ruína. Os materiais e a mão-de-obra são muito caros, e isto explica o estado de abandono desses pardieiros [...]. Em regra geral, o luxo é aí totalmente desconhecido. Em Mato Grosso, assim me parece, ignora-se aquilo que em nosso país se constitui no indispensável bem estar. Falo do requinte e do charme dos adornos [...]. Tudo é nu, frio e desprovido de charme nessas tristes habitações, nelas nada é cativante. (NIJS, 1992, p. 7-11).

Em seu relato, o olhar de Nijs apresenta críticas severas em relação ao comportamento do povo cuiabano e à aparência de Cuiabá, em nada se moldando às cidades europeias que, na opinião de Nijs e de outros viajantes, haviam atingido graus de desenvolvimento ou industrialização. Em outro trecho, o autor menciona as possíveis causas da degenerescência da população cuiabana, causadas especialmente pela insalubridade do clima e pelos comportamentos considerados imorais.

Imaginem vocês, pessoas de tez uniformemente pálida e doentia, preguiçosas, atingidas por uma espécie de languidez indolente que formarão uma imagem do aspecto físico dos habitantes de Mato Grosso. A verdadeira saúde é quase desconhecida entre eles; cada um clama de um certo mal, todas as dentições são péssimas, os portadores de tumores são numerosos, os tuberculosos, os raquíticos formam a maioria dos indígenas. Esta degenerescência, aliás, tem sua explicação na insalubridade do clima, na inobservância dos casamentos [...] esta raça é muito feia. (NIJS, 1992, p. 10).

Nos anos da República, as contradições dos ideais encontrados nas narrativas documentais divulgam, ainda, uma cidade que apresentava problemas em diversos aspectos. Para citar exemplos, a precária iluminação e a falta de melhores condições nas vias públicas:

Uma das coisas de que a Intendencia deve cogitar é do melhoramento da nossa iluminação publica. O augmento dos lampeões é indispensavel. Trechos ha da cidade completamente sem luz. Numa cidade quasi sem calçamento, e cuja maioria das ruas não é nivelada essa falta causa um grande prejuizo ao publico, pondo-o as vezes em serias difficuldades. [...] Tambem a fiscalisação deve ser feita mais escrupulosamente. Hontem, a iluminação do jardim Alencastro esteve pessima, e durante toda a noite esteve apagado o lampeão collocado no angulo formado pela rua Pedro Celestino, e travessa Candido Marianno. Uma parte minima de zelo dos senhores fiscaes e tal irregularidade não mais se repetirá, pois estamos certos que o contractante da iluminação publica não tem outro desejo se não bem cumprir o contracto que assignou. (APMT, 1915b, p. 1).

O mobiliário domiciliar, as casas e os edifícios públicos eram marcados pela simplicidade. O saneamento urbano, a ordenação das ruas, a limpeza das águas e dos logradouros públicos dependiam de determinação da Câmara Municipal. Serviços que, pelo visto, muito desejava a população:

Desde que o nosso jornal começou a circular, temo-nos abstinido de tratar de assumptos referentes ao estado em que se acha a nossa cidade. É o que não devemos fazer. Carece abriremos espaço para falarmos sobre as nossas ruas que vão em decadencia, quando todos esperavam vel-as melhoradas. Nas mais centraes crescem capim e mattas pelas taipas, sem que ninguem por isso se incomode. Os trabalhos de melhoramentos estão abandonados. Assim ha tempo que se iniciou o calçamento da Praça da Matriz e nisso ficou, tendo-se aberto enormes regos os quaes só servem de perigo aos transitantes que alli passam pela noite. E disto sabem os que do mesmo serviço são encarregados, mas se contentam com o dinheiro recebido e não se importam de ao menos melhorarem o transito, já que não pode prosseguir no trabalho. Precisamos sempre falarmos no descaso que fazem pelos trabalhos que visem melhorar esta cidade e assim teremos cumprido o nosso dever. (APMT, 1917b, p. 3).

As reclamações que tratam da carência dos equipamentos urbanos, do saneamento, da falta de civilidade dos cuiabanos são alguns dos assuntos contidos nas leituras. Há também discursos que revelam a necessidade de instituições que se responsabilizassem pela reclusão dos loucos, pela punição dos infratores da lei, pelo internamento de doentes e pela formação de crianças desamparadas. Nessa perspectiva, lê-se em matéria de jornal intitulada “Repressão à vadiagem”, algumas informações que revelam tais assuntos:

Tem sido preocupação de quasi todos os governos nos ultimos tempos, a organização de um serviço de protecção à infancia, como sendo o mais practico de reprimir a vadiagem, que leva às infelizes creanças, quasi sempre, à senda do crime. Na França, na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos, principalmente, as estatisticas têm demonstrado a baixa do numero dos criminosos, desde que os governos desses paizes tomaram a serio a solução desse difficilimo e importante problema. Entre nós, é bem conhecido o resultado brilhante obtido pelo dr. João Pinheiro, quando presidente do Estado de Minas, fundando os institutos de protecção à infancia, recolhendo das ruas os menores desamparados para colocal-os sob o tecto sadio de uma officina. Hoje, a instituição de João Pinheiro está sendo adoptada por quasi todos os Estados do Brazil, como Bahia, Espirito Santo, S. Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, obtendo em todos elles os mesmos resultados. A situação

precaria que atravessamos, não permitirá ao governo, actualmente, cogitar da fundação de taes instuitos [sic] Pode-se porém, desde já, cuidar de organizar um serviço de protecção, por intermedio das autoridades policiaes, obrigando se aos paes desses menores que infestam as nossas ruas, em correrias desenfreadas, invadindo os jardins, que danificam, commettendo toda sorte de vadiagem, a mettel-os nas escolas, onde encontrarão o pão do espirito e os meios de se prepararem para as luctas da vida. [...] Há meios varios e simples de chamar ao bom caminho esses infelizes menores. A Escola de Artifices ahi está para [sic] recebel-os. É um dever nosso proteger a infância. (APMT, 1915b, p. 1).

O discurso do poder público revelava preocupações não somente em zelar pela infância desvalida, mas também em alojar os doentes, de modo geral, em casas de caridade e/ou hospitais. O desejo de modernizar a cidade, de segregar o louco, o leproso, a prostituta, o infrator ganhou maior dimensão a partir da República. A modernização, tão presente nos discursos, não deixou de apresentar-se por meio de práticas sociais. Marcante foi o início da construção do Tesouro do Estado, em 1896. Originalmente idealizado para abrigar as repartições de Obras Públicas, Terras, Minas e Colonização e o Tesouro do Estado, a construção foi iniciada no governo de Antônio Corrêa da Costa e concluída em 1898, no governo do Coronel Antônio Cesário de Figueiredo. Atualmente, essa construção faz parte do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual, tombada pela Fundação Cultural de Mato Grosso em 11 de março de 1983. Assim, outras obras significam essa incipiente inauguração da modernidade em Cuiabá, como o hospital Santa Casa de Misericórdia (1817), o hospital São João dos Lázaros (1816), a construção do mercado do peixe (iniciada nos últimos anos do século XIX às margens do Rio Cuiabá), o asilo dos alienados (na década de 1930), a Colônia Correccional de Palmeiras e a criação de várias escolas primárias no interior do Estado.

A modernização de espaços e a necessidade da construção de prédios públicos são assuntos contidos nos discursos presidenciais. Os presidenciais também se ocuparam com mensagens que tratavam de apresentar soluções para conter os indômitos e atender os desamparados. São relatórios que expressam as dificuldades e urgência em acatar demandas num Estado que dizia arrecadar poucos recursos.

Bem sensível é a falta que temos de um estabelecimento destinado a receber e educar os orphãos desvalidos, que nas nossas cidades

crecem ao desamparo, sem receberem a indispensável instrução elementar, nem aprenderem qualquer arte ou ofício mecânico do qual possam mais tarde tirar os meios de honesta subsistência. Compreende-se facilmente qual poderá ser o futuro desses tantos menores que devem cercar a infância, para que não se perca no caminho do vício, que facilmente conduz ao crime. Não desconhecendo, porém, que temos ainda outras necessidades a atender, por ventura mais urgentes do que essa, não vos proporei a criação de um tal estabelecimento, que acarretaria ao Estado não pequena despesa para montá-lo e custeá-lo em condições bem preencher os seus grandes e humanitários fins. Mas entendo que se poderia ao menos atenuar os efeitos perniciosos de semelhante falta, subvencionando anualmente com uma quantia razoável o collegio de [sic] e officios que nesta capital existe sob a direção dos reverendos padres salesianos, com a obrigação para elle de admitir também annualmente uns tantos meninos indigentes, cujo número seria previamente fixado pelo governo do Estado, a fim de dar-lhes a conveniente instrução literária e ensinar-lhes as artes e officios para que tiverem vocação. Desse modo, com um ônus relativamente pequeno para o thesouro, attenderem-se a essa necessidade e cumpriremos o dever de não deixar ao abandono esses infelizes desfavorecidos da sorte, que, entregues a si mesmos, sem terem quem cuide do seu futuro, perder-se-hão fatalmente no caminho do vício a que os mostrará a ignorância e a falta de um meio honesto de subsistência, quando, em outras circunstâncias, poderem vir a ser bons cidadãos. (APMT, 1899, p. 36).

Esses dados são exemplos concretos de que os cuiabanos tinham um forte desejo de se modernizar e de atender às questões sociais. Os artefatos urbanos, de forma incipiente, mostravam-se no cenário da pacata cidade, simbolizando uma promessa de futuro que a elevasse de algum modo à lista das cidades modernas.

Na cidade não havia apenas a arquitetura definidora de um projeto modernizador – possibilitando ao cenário urbano um novo tempo, o da construção dos primeiros símbolos da civilização –, valores sociais baseados em novos códigos de postura delineavam o ideal de vida de uma população civilizada, devendo apresentar-se obediente aos novos códigos impostos pelas autoridades públicas. É assim que Aleixo (1995, p. 194) analisa a situação dos trabalhadores nas usinas de açúcar na província e no futuro estado de Mato Grosso. A autora argumenta que as autoridades públicas definiam medidas disciplinares, induzindo

os proprietários das terras a “domesticarem” seus trabalhadores sob um sistema de coação. O instrumento da disciplina não foi apenas um mecanismo de controle da vida cotidiana dos trabalhadores, mas conduziu um sistema de vigilância “nos caminhos, nos portos, nos lugarejos e nas cidades”.

Apresentavam-se estigmas morais e sociais como argumentos que pudessem explicar as fugas dos trabalhadores. Ao exporem os motivos da transgressão ao trabalho nas minas, os administradores buscavam explicações nas práticas do alcoolismo, da vadiagem, da loucura e da valentia dos trabalhadores, e nunca os maus-tratos integraram o conjunto de álibis usados para explicar as fugas.

Aleixo reporta-se ao período do Império, tratando também da República, mencionando a grande necessidade que tinha o poder público de moralizar e ordenar a sociedade mato-grossense. O governo preocupava-se em civilizar os vagabundos, desordeiros e marginais, entendendo que “a ordem e racionalidade só poderiam ser instauradas através de comportamentos institucionalizados, apoiados em regras e códigos específicos, cabíveis, o mais das vezes, somente nesta região”. (ALEIXO, 1995, p. 88).

A representação do cenário da devassidão e demais problemas fora construída pelos viajantes e pelos cronistas quando andavam nas terras de Mato Grosso e da capital, Cuiabá. Conforme análise de Maciel:

Essa imagem de depravação, da inocência reinante em Cuiabá, além dos outros problemas, como criminalidade, o jogo e a vadiagem, amplamente divulgada pelos viajantes e compartilhada pelos cronistas da cidade, era associada e explicada pela origem e composição de sua população. (MACIEL, 1992, p. 20-28).

Grande parte da população cuiabana era composta por negros e índios. Muitos brancos, de origem europeia, haviam adquirido o poder por meio do processo de conquista e de sucessão dos herdeiros aos cargos públicos.

Os índios, negros e mestiços, por serem pobres, eram os mais visados pela política eugenista. Eram também avaliados pelos intelectuais como indivíduos propensos ao vício, à promiscuidade e à criminalidade. Os atributos variavam entre a “selvageria, a docilidade, a pacatez, a psicose, a indignidade e a perniciosidade” (MESQUITA, 1978, p. 55).

Galetti (2000) analisou várias e diferentes narrativas de viajantes que percorreram o território mato-grossense entre meados do século

XIX e os primeiros anos do XX. O conteúdo dessas narrativas aglomera um conjunto de representações acerca do espaço social e natural de Mato Grosso. A região foi concebida por esses viajantes como o espaço da barbárie. Em relação à sociedade, o discurso acentua-se na ordem do atributo da incivilização. O mato-grossense era avaliado como o resultado da mistura racial do índio com o africano, considerados indivíduos inferiores, preguiçosos e fadados a hábitos de indolência. Nesse conjunto de representações acerca da população cuiabana, justificava-se a necessidade de medidas preventivas com o objetivo de conter a desordem:

Por volta de 1880, a dinamização da vida urbana, que se fazia sentir por meio de novos investimentos em pequenas indústrias e oficinas e pela criação de alguns serviços públicos e de escolas, trouxe também a necessidade de manter sob controle os elementos perturbadores da ordem, da segurança e da moral públicas. (MACIEL, 1992, p. 30).

É nesse contexto de maior dinâmica do espaço urbano que foram feitos, na mesma proporção, investimentos do governo na tentativa de criar estratégias de repressão, moralização e segregação com objetivos bastante claros: efetivar o controle sobre a sociedade cuiabana.

O dr. Chefe de polícia deste Estado acaba de fazer uma determinação que absolutamente não pode ser cumprida. Quer o illustre moço que a criadagem receba cadernetas da Secretaria de Polícia, afim de coibir a vagabundagem. Quer por outras palavras, tornar o trabalho obrigatório e fiscalizado pela polícia. (NDHIR, 1913, p. 1).

A responsabilidade da Câmara Municipal era a de decretar posturas que deveriam ser observadas pela polícia do Município, tratando de legislar sobre a higiene e sobre todos os objetos próprios à ordem, bem como estabelecendo penas contra os infratores. Há registros sobre o papel da polícia, que tinha por missão a vigilância, prevenção e pesquisa dos crimes e contravenções, assim como a prisão de delinquentes e a tomada de medidas de segurança para sustentação da ordem e manutenção da tranquilidade pública. Ao Chefe de Polícia competia, além da manutenção da ordem e tranquilidade pública, “fazer por em custódia o bêbado durante a bebedice, os loucos e os menores perdidos ou abandonados, para serem logo apresentados ao juiz de órfãos” (MATO GROSSO, 1892).

Os inspetores de quarteirão – cargo ao qual se era nomeado pelos delegados, sobre propostas dos subdelegados de polícia – deveriam cumprir critérios de bons conceitos morais e sociais e ter qualidades de eleitor. Aos inspetores de quarteirão competia vigiar sobre a prevenção dos crimes, admoestar os vadios, mendigos, bêbados por hábito, prostitutas turbulentas ou quaisquer que viessem a perturbar o sossego público, ou que, por palavras ou ações, ofendessem os bons costumes, a tranquilidade pública e a paz das famílias. Essas pessoas deveriam ser corrigidas, do contrário, era obrigação dar disso parte circunstanciada à autoridade policial superior (MATO GROSSO, 1892).

As estratégias de organização do espaço urbano não são sentidas apenas com a criação de cargos policiais e as obrigações profissionais diante de suas responsabilidades e funções sociais. A Câmara Municipal atribuía às autoridades sanitárias atividades que também autorizavam os serviços de cumprimento de regras que pudessem efetivar a fiscalização, inspeção, visitas e vacinação. É com essa expectativa que, em 1901, o governador do Estado relata a necessidade de melhorias no saneamento da capital:

O digno cidadão Dr. Inspetor de Hygiene em seu relatório que junto vos remeto, reclama certas providências, como a da calanição das águas pútridas da cidade, a da compra de uma carroça apropriada para a condução do lixo e outras que acho atendíveis. (APMT, 1901, p. 8).

Aos delegados de higiene cumpria fiscalizar e observar os preceitos higiênicos dentro do distrito de sua jurisdição, relatando, quando necessário, ao inspetor geral as infrações encontradas. A eles também cabia

[...] inspecionar em relação a higiene, os arsenais, os quartéis, as prisões, os asilos e outros estabelecimentos públicos, inclusive casas de caridade, obtida prévia licença das autoridades diretoras de tais estabelecimentos. (MATO GROSSO, 1892, p. 14).

É nesse contexto de criação de cargos e de valores sociais, discutidos enquanto possibilidades de civilização, que os pobres, alcoólatras, órfãos, mendigos, prostitutas e loucos passam a ser citados com mais frequência nos jornais e fontes oficiais. Serão figurantes da cidade sujeitos à alçada institucional. Estes passaram a ser, com o tempo, representados por meio de um conjunto discursivo em que apareciam como personagens sociais responsáveis, em parte, pela indisciplina

urbana. O controle social passou a integrar definitivamente as preocupações dos dirigentes no período republicano.

Em resumo, é no contexto da Ordem e do Progresso preconizados pela República que os “transgressores da ordem” – ou seja, os pobres, mendigos, loucos, órfãos e prostitutas – aparecem com mais nitidez na cidade de Cuiabá, cujo aparecimento implica vê-los como um objeto da ordem jurídica, médica, passível de ser controlada em instituições policiais e hospitalares.

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

A Santa Casa de Misericórdia exerceu no ocidente o papel de pôr em ordem o mundo da miséria. Evidencia-se nos discursos o desejo de ajudar e a necessidade de reprimir (FOUCAULT, 1995, p. 53). Em Cuiabá, a Santa Casa de Misericórdia prestou serviços assistenciais aos pobres, aos doentes, aos loucos, às mulheres desamparadas e aos famintos.

A comprovação de que os presos doentes eram tratados na Santa Casa de Misericórdia está no pedido que o tesoureiro do hospital, Antônio Roberto de Vasconcelos, fez ao presidente de Província Antônio Herculano de Souza Bandeira.

Em data de 1º de junho do anno passado o Thesoureiro deste Estabelecimento requereu á Presidencia da Província pagamento da quantia de um conto quinhentos e setenta e seis mil oitocentos e cinquenta e nove reis (1.576.859), importancia das rações dos presos da cadêa publica desta cidade tratados nas enfermarias do hospital da Santa Casa de Misericórdia desta cidade no decurso dos annos de 1880 a 1887, conforme a relação inclusa. (APMT, 1889, p. 1).

Não havendo na delegacia da capital uma enfermaria disponível ao atendimento de presos doentes, era a Santa Casa a instituição que deveria prestar esse serviço ao setor policial e à sociedade de modo geral. Os indigentes, os decrepitos, os presos doentes e os alienados iam para o hospital da Santa Casa de Misericórdia, instituição capaz de oferecer abrigo e alimento aos marginalizados. Através de seu trabalho beneficente, respondia aos anseios de uma sociedade que pretendia civilizar-se. Em relatos da administração havia, por vezes, reclamações a respeito da presença dos mendigos, dos doentes mentais ou de infratores atendidos no hospital.

O hospital desta Santa Casa ultimamente, está se transformando em hospício de alienados e asylo de mendicidade sem que esta sociedade disponha de acomodações e recursos suficientes para por-se em execução o que é determinado em artigo. (APMT, 1908, p. 12).

Contudo, ao que parece, as falas sobre a precariedade econômica da instituição são recorrentes. O hospital não possuía verbas suficientes para acolher a todos que para ali acorriam. Vê-se que, com o avançar dos anos, tornava-se incômoda a permanência de mendigos e doentes mentais na Santa Casa. Conforme relato de Firmo Rodrigues, a instituição não possuía riquezas, não sendo possível, portanto, cuidar de todos que para ela se dirigiam.

Instituição de poucos recursos, não pode atender as necessidades de quantos lhes batem a porta, mas a maioria da pobreza que ali tem entrada julga que basta estar hospitalizado para ter a dieta de galinha, leite, marmelada, etc., qualquer que seja a moléstia que sofram. (RODRIGUES, 1959, p. 54).

A título de curiosidade, lemos a listagem do patrimônio da instituição, de forma a apresentar uma mostra dos compartimentos internos e de outros bens. Os bens compreendiam as enfermarias, capela, dois pavilhões construídos em 1914, um terreno em parte murado, chamado de Chácara Maranhão, necrotério, uma casa térrea a dois quilômetros da cidade, onde funcionava o hospital dos lazarentos, e que tinha em suas proximidades outra casa térrea para residência do encarregado do hospital. Havia uma casa térrea à rua Coronel Peixoto, um imóvel conseguido através de adjudicação na rua Coronel Pedro Celestino, um na rua das Laranjeiras, um no Areão, um na Joaquim Murinho, um na rua do Carmo e um na Cândido Mariano.

Essa casa do Areão foi doada por escritura pública com cláusula de *causa-mortis* pela senhora Maria Gomes da Conceição, que estava recolhida no hospital São João dos Lázaros (APMT, 1923).

Além dos recursos dos imóveis, Rodrigues relata alguns detalhes interessantes vividos por pessoas pobres que contavam com o auxílio da instituição. Conforme afirma o autor, havia os que reclamavam da alimentação que recebiam no hospital, e diz ter ouvido certa vez de “um negrão forte, gordo,” à porta de uma venda, que este não recebera e nem sentira cheiro de galinha e nem de um copo de leite durante o tempo de internamento no hospital para a cura de umas feridas bravas (RODRIGUES, 1959, p. 54).

Essa história relatada por Rodrigues reafirma, de certa forma, as dificuldades financeiras enfrentadas pela Santa Casa de Misericórdia e a deficiência no papel enquanto instituição assistencialista. Essa função permitia o saneamento do espaço, representando um refúgio aos problemas enfrentados no cotidiano da cidade e das situações em vida doméstica.

Rodrigues comenta, também, que conheceu uma mulher japonesa, vendedora de verduras, que passava diariamente em sua casa com duas latas de ervas.

Um dia, ela apareceu-me em casa pedindo, com lágrimas e soluços, para ser recolhida no hospital para descansar dos maus tratos do marido. Realmente, ela apresentava sinais evidentes de ter sido escovada e eu, penalizado promovi sua hospitalização na Santa Casa, onde ela permaneceu dez dias. (RODRIGUES, 1959, p. 54).

Esse texto evidencia que, na ausência de outras instituições destinadas a cumprir determinadas funções sociais, era a Santa Casa de Misericórdia a instituição “habilitada” a resolver os vários assuntos e problemas de ordem policial, médica, sanitária e social.

Ao lidar com os problemas de ordem social e moral, psiquiatras, intelectuais e parte da sociedade envolveram-se no combate ao abuso do álcool. Informavam os significativos males físicos e psíquicos causados pelo frequente uso e a ele atribuíam grande parte das mazelas sociais, sobretudo os crimes e as doenças mentais. Sob a mira dos médicos e de intelectuais estava a população pobre e negra. Foram visados nessa política de segregação antiliberal e racista e, portanto, se tornaram os principais alvos do poder dos novos conceitos científicos. Em outra passagem é possível problematizar a complexa discussão sobre o alcoolismo que, entre os grandes vilões da transgressão, da degradação moral e da intervenção dos poderes institucionalizados, era mencionada nos jornais.

A’ rua 13 de Junho, principal arteria da cidade, reside, a titulo de protegida, em companhia de uma familia, na casa nº. 59, uma tal Ritinha, que pelos seus costumes desregados, ha muito devia estar trancafiada em um dos cubiculos da Cadeia Publica. Como louca ou como ebria habitual, Ritinha, mulher immoral, ofende todos os transeuntes com palavras que fazem arrepiar os cabelos. Nenhum dos leitores que por alli passam, terá deixado, sem duvida, de assistir uma dessas scenas indecorosas que a referida mulher

ha por bem offerecer aos olhos do publico. Os vizinhos daquellas immediações vêem-se privados de sahir á janella quando Ritinha se põee a arengar. Chamamos a atenção de quem de direito para, a bem da moralidade, providenciar retirada daquella mulher licenciosa, da rua a que acima reportamos. (APMT, 1917c, p. 4).

A contenção de mendigos, idosos “decrépitos” e loucos que não podiam andar pela cidade, passando a ficar sob a guarda da polícia, era um dos indicativos de que os preceitos da civilização tornavam o espaço urbano organizado. A iniciativa de repressão e vigilância era incumbência das autoridades policiais, responsáveis pela ordem pública. A Santa Casa mantinha, por vezes, a pobreza em suas dependências, mas, quando não se sentia mais forçada, entregava-os à responsabilidade das forças policiais.

A administração do hospital tem sido forçada a conservar no hospital diversos doentes, velhos decrepitos e tres dementes, pois atrai-los á rua seria dolorosa desumanidade. A falta de um manicômio obrigou a administração a aproveitar dois quartos pequenos para a reclusão de duas mulheres dementes uma das quais é furiosa. (APMT, 1923, p. 19).

Cabia à Santa Casa de Misericórdia parte do papel de prisão e de preservadora da ordem moral. A privação da liberdade não devia apenas ser vista como um instrumento de interdição à liberdade, mas um recurso que facilitava a organização da cidade.

As instâncias que compartilhavam, pelo sequestro, o direito de internar e de legitimar a ordem social eram o poder judiciário, o executivo e o médico. Eram saberes médicos e forças políticas capazes de oferecer controle sobre a indigência e sobre os doentes mentais. Na cidade de Cuiabá já funcionava, há algum tempo, nas dependências da Chefatura de Polícia, o gabinete médico-legal, realizando “atividades indispensáveis aos trabalhos de corpo delicto, exames de sanidade, autópsias”. (APMT, 1926, p. 46).

A partir dos discursos de vários grupos de poder, houve a realização mais contundente do sistema de repressão. Exemplos dos trabalhos desenvolvidos pelo governo no combate à desordem estão na atuação dos Serviços de Repressão à Mendicância. Em Cuiabá, nos anos de 1940, havia 50 mendigos devidamente registrados. Mendigos que andavam à solta, “sem freios” e sem assistência social, trazendo ao cenário urbano a proliferação dos males da penúria, ficavam sob a órbita da polícia (APMT, 1940, p. 12).

Cuiabá, aos poucos, ingressava no modelo civilizador, e os organismos de controle foram sendo instituídos de forma a permitir a organização do Estado Republicano. Esse princípio civilizador esquadrinhou a organização do espaço urbano, procurou conhecer a população, cadastrou mendigos, soube dos andarilhos, alicerçou o espaço da loucura, atendeu em parte as demandas sociais.

Há também nesses discursos da modernidade um novo elemento científico, a eugenia, através da qual são instituídos, por força dos agentes do poder público e do poder médico, novos códigos morais e sociais impostos à sociedade. A eugenia serviu como um mecanismo de controle da população cuiabana, que se fez presente também com o ideal de enfrentar a diversidade social. O poder eugênico foi capaz de atravessar todas as esferas da existência dos espaços domiciliares, dos comportamentos sexuais aos políticos. Era um desafio que implicava construir a aceitação da ordem e da disciplina e, dessa forma, funcionou como uma técnica do poder.

REFERÊNCIAS

- ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930)*. Cuiabá: EdUFMT, 1995.
- ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia pelo Tesoureiro Antônio Roberto de Vasconcelos*. Cuiabá, 10 maio 1889, lata C, p. 1.
- ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Mensagem Presidencial, Presidente Antonio Cesário de Figueiredo*. Cuiabá, 1 fev. 1899.
- ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Mensagem Presidencial de Antônio Pedro Alves de Barros*. Cuiabá, 2 fev. 1901.
- ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Relatório da Santa Casa de Misericórdia pelo Presidente Eloy Hardaman*. Cuiabá, 1908. p. 12.
- ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Morte aos cães*. Caixa 024, A, jornais diversos. Envelope: Diário da Tarde. Cuiabá: fev./mai. 1915. Cuiabá, anno I, n. 9, 5 mar. 1915a, p. 1.
- ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Repressão à vadiagem*. Caixa 024, A, jornais diversos. Envelope: Diário da Tarde. Cuiabá: fev./mai. 1915. Cuiabá, anno I, n. 3, 26 fev. 1915b, p. 1.
- ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. **Com a Municipalidade**. Caixa 024, A, jornais diversos. Envelope: A Juventude. Cuiabá (1916-1917). Periodico literario, critico, sportivo e noticioso. Cuiabá, anno I, n. 11, 28 jan. 1917a, p. 1.

ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *As ruas desta cidade (Lindolpho)*. Caixa 024, A, jornais diversos. Envelope: A Juventude. Cuiabá (1916-1917). Periodico literario, critico, sportivo e noticioso. Cuiabá, anno I, n. 24, 10 maio 1917b, p. 3.

ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Louca ou ébria habitual*. Caixa 024, A, jornais diversos. Envelope: A Juventude. Cuiabá (1916-1917). Periodico literario, critico, sportivo e noticioso. Cuiabá, anno I, n. 34, 8 set. 1917c, p. 4.

ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Relatório da Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado no ano de 1923*. Cuiabá, 1923.

ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Mensagem Presidencial de Mario Correa da Costa*. Cuiabá, 13 maio 1926.

ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT. *Relatório da Chefatura de Polícia*. Cuiabá, 1940.

CANOVA, Loiva. *A loucura é uma loucura: as representações sobre o louco e a ordenação do espaço urbano em Cuiabá (1889-1931)*. 2000. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2000.

CANOVA, Loiva. A loucura e as construções discursivas na história cuiabana. *Fragments de Cultura*, Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 991-1007, nov./dez. 2006.

CANOVA, Loiva. A questão da loucura na historiografia ocidental e nos jornais da cidade de Cuiabá na Primeira República. *Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 5, n. 1, p. 143-166, jul-dez. 2011.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

FALCON, Francisco José Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papyrus, 2000. (Coleção Textos do Tempo).

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1995.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. Tese (Doutorado

em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MACIEL, Laura Antunes. *A capital de Mato Grosso*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa. Leis Municipais. *Decreto n° 21*, de 29 de janeiro de 1892, p. 12-15.

MESQUITA, José Barnabé de. Olegário de Barros: nossos poetas á luz da psicanálise. *Revista do Centro Mattogrossense de Letras*, n. 1647, ano XI, 1932.

MESQUITA, José Barnabé de. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: SMEC/DCT, 1978.

NIJS, Ferdinand. Voyage au Mato Grosso in Etudes Coloniales. *Bème Annèe, Aout.*, n. 8, 1901. Trad. João Mariano Oliveira. Cuiabá, 1992. (Mímeo).

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL (NDHIR/UFMT). *A Reacção*. Cuiabá, p. 1, 23 fev. 1913.

RODRIGUES, Firmo. *Figuras e coisas de nossa terra*. Cuiabá: [s.n.], 1959.

SILVA, Lisle Maria da. *Hospital de alienados: esboço para um enfoque histórico-social*. 1988. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1988.